

**RESOLUÇÃO COMAS Nº 003/2019**

Dispõe sobre a inscrição de entidades socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de São Mateus - ES, e dá outras providências.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de São Mateus - COMASSM**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei Municipal nº 472, de 07 de agosto de 1996, em reunião ordinária realizada no dia 22 de janeiro de 2019:

**CONSIDERANDO** a Política de Assistência Social no Brasil, que possui fundamento constitucional como parte do Sistema de Seguridade Social, regulamentada pela Lei Federal nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

**CONSIDERANDO** o Decreto Federal nº 5.085, de 19 de maio de 2004, que define as ações continuadas de assistência social;

**CONSIDERANDO** a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004;

**CONSIDERANDO** a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre as entidades beneficentes de assistência social;

**CONSIDERANDO** a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOBRH/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS, nº. 269, de 13 de dezembro de 2006;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

**CONSIDERANDO** a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, que ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de



nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social;

**CONSIDERANDO** a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS, nº. 33, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNAS nº 01, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que estabelece parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

**CONSIDERANDO** que a caracterização da instituição no que diz respeito à oferta do serviço é de atendimento e defesa da garantia de direitos;

**CONSIDERANDO** o Caderno de Orientações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que estabelece que o técnico de referência do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, com atuação no SCFV, tem como atribuição assessorar as unidades que desenvolvem no território o SCFV.

**RESOLVE:**

Art. 1º. **DEFERIR** a inscrição com ressalvas por um período de 3 (três) meses, do **Centro Socio-cultural e Ambiental José Bahia**, como entidade socioassistencial no COMAS-SM, tendo em vista os seguintes aspectos:

I - A necessidade de adequar o relatório de atividades de 2018 e o plano de ação de 2019, descrevendo as atividades/ações que caracterizem ações continuadas de atendimento, assessoramento, de defesa e garantia de direitos, conforme identificado pela Comissão de Inscrição e Fiscalização na visita *in loco*.

II – Identificar a coordenação do Serviço, conforme NOB-RH/SUAS;

III - A execução do SCFV deve ser referenciado ao CRAS Porto, localizado na Rua Coronel Cunha Júnior, 214, Ideal, São Mateus-ES. Sendo a execução do mesmo planejado em conjunto com a técnica de referência, responsável pelo SCFV do respectivo CRAS;

IV - Todas as famílias atendidas pela entidade que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social deverão ser encaminhadas para inserção/acompanhamento no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF do CRAS Porto ou Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;

V - Vale destacar que o SCFV é contínuo e ininterrupto devendo ser ofertado todos os meses do ano em exercício;

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Mateus – ES, 22 de janeiro de 2019.

---

**Fábio Dilson Silva Loures**  
**Presidente COMAS-SM**